



**DROGARIA
GALANTI**

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

de

DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA. (“Galanti ou Recuperanda”), inscrita no CNPJ sob o nº 00.100.374/0001-89, com sede na Travessa Almerinda Lucas de Azeredo, nº 60, Centro, Nova Iguaçu, RJ, CEP 26210-180.

Processo nº 0042973-16.2021.8.19.0038

Nova Iguaçu, 7 de março de 2022.

ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO.....	4
1.1 DEFINIÇÕES	4
1.2 REGRAS DE INTERPRETAÇÃO	7
1.2.1 CLÁUSULAS E ANEXOS	7
1.2.2 TÍTULOS	8
1.2.3 REFERÊNCIAS	8
1.2.4 PRAZOS	8
1.3 RESUMO DOS MEIOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	8
1.3.1 REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS	8
1.3.2 REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS CONCURSAIS	9
1.3.3 NOVAÇÃO	9
2. CONSIDERAÇÕES GERAIS	9
2.1 HISTÓRICO	9
2.2 RAZÕES DA CRISE.....	11
3. CONSTITUIÇÃO DE UNIDADES PRODUTIVAS ISOLADAS.....	13
4. REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS CONCURSAIS.....	12
4.1 PAGAMENTO DOS CRÉDITOS TRABALHISTAS.....	13
4.2 PAGAMENTO DOS CRÉDITOS COM GARANTIA REAL	13
4.3 PAGAMENTO DOS CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS	15
4.4 PAGAMENTO DOS CRÉDITOS ME E EPP	14
4.5 CREDORES COLABORADORES FORNECEDORES.....	16
4.5.1 PAGAMENTO DOS CREDORES COLABORADORES FORNECEDORES.....	16
4.6 CREDORES COLABORADORES FINANCEIROS.....	18
4.6.1 PAGAMENTO DOS CREDORES COLABORADORES FINANCEIROS.....	19
4.6 DISPOSIÇÕES COMUNS AO PAGAMENTO DOS CREDORES	20
4.6.1 DATA DE VENCIMENTO DAS PARCELAS	20
4.6.2 MEIOS DE PAGAMENTO	20
4.6.3 CONTAS BANCÁRIAS DOS CREDORES.....	21
4.6.3.1 DATAS DE PAGAMENTO.....	21
4.6.4 INCLUSÃO, ALTERAÇÃO NA CLASSIFICAÇÃO OU VALOR DOS CRÉDITOS	21
5. EFEITOS DO PLANO	22

5.1 VINCULAÇÃO DO PLANO	22
5.2 NOVAÇÃO	22
5.3 QUITAÇÃO.....	22
5.4 RECONSTITUIÇÃO DE DIREITOS	22
5.5 RATIFICAÇÃO DE ATOS.....	22
5.6 PROTESTOS	23
5.7 SUSPENSÃO DAS AÇÕES.....	23
6. DISPOSIÇÕES GERAIS	23
6.1 CONTRATOS EXISTENTES E CONFLITOS	23
6.2 ANEXOS	23
6.3 COMUNICAÇÕES	24
6.4 DIVISIBILIDADE DAS PREVISÕES DO PLANO	24
6.5 LEI APLICÁVEL	24
6.6 ELEIÇÃO DE FORO	24

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

1.1 DEFINIÇÕES

Os termos utilizados em letras maiúsculas, sempre que mencionados no Plano, terão os significados que lhes são atribuídos nesta cláusula. Tais termos serão utilizados, conforme apropriado, na sua forma singular ou plural, no gênero masculino ou feminino, sem que, com isso, percam o significado que lhes é atribuído.

1.1.6 “Administrador Judicial”: Administrador Judicial nomeado pelo Juízo da Recuperação Judicial, nos termos do Capítulo II, Seção III, da LRF, assim entendido como Matuch de Carvalho Advogados Associados, com escritório na rua da Assembleia, nº 40, 5º andar, Rio de Janeiro, RJ, com telefone (21) 2544-0989 e endereço eletrônico julio@mcaa.adv.br, representado pelo Sr. Julio Matuch de Carvalho.

1.1.2 “Assembleia-geral de Credores”: significa a Assembleia-geral de Credores realizada nos termos do Capítulo II, Seção IV da LRF.

1.1.3 “Aprovação do Plano”: significa a aprovação do Plano pelos Credores em assembleia, nos termos do art. 45¹ ou art. 58² da LRF.

1.1.4 “Certificado de Depósito Interbancário” ou “CDI”: significa a taxa registrada e publicada pela B3, expressa em termos anuais, ou o índice que vier a substituí-la, na sua ausência.

1.1.5 “Créditos”: significa todos os Créditos Trabalhistas, Créditos Garantia Real, Créditos Quirografários e Créditos ME e EPP, assim como as correspondentes obrigações existentes na Data do Pedido.

¹ Art. 45. Nas deliberações sobre o plano de recuperação judicial, todas as classes de credores referidas no art. 41 desta Lei deverão aprovar a proposta.

² Art. 58. Cumpridas as exigências desta Lei, o juiz concederá a recuperação judicial do devedor cujo plano não tenha sofrido objeção de credor nos termos do art. 55 desta Lei ou tenha sido aprovado pela assembleia-geral de credores na forma do art. 45 desta Lei.

1.1.6 “Créditos Garantia Real”: significa os Créditos Sujeitos previstos no art. 41, inciso II³ da LRF.

1.1.7 “Créditos ME e EPP”: significa os Créditos Sujeitos detidos por microempresas ou empresas de pequeno porte, definidos conforme a Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do art. 41, inciso IV⁴ da LRF.

1.1.8 “Créditos Quirografários”: significa os Créditos Sujeitos previstos no art. 41, inciso III⁵ da LRF.

1.1.9 “Créditos Trabalhistas”: significa os Créditos Sujeitos, de natureza trabalhista e/ou acidentária, existentes (vencidos ou vincendos) na data da distribuição do pedido de recuperação judicial, limitados a 150 salários mínimos, sendo o saldo que sobejar considerado Crédito Quirografário.

1.1.10 “Créditos Sujeitos”: significa os créditos sujeitos aos efeitos da recuperação judicial e ao previsto neste plano, existentes (vencidos ou vincendos) na data do pedido de recuperação judicial, sejam eles líquidos ou ilíquidos na data do pedido de recuperação. Estão compreendidos nos Créditos Sujeitos aqueles por força de decisões judiciais, operações, títulos, contratos, fatos, atos ou quaisquer negócios jurídicos ou relações obrigacionais celebradas ou havidas com a Recuperanda ou pela Recuperanda até a data do pedido de recuperação judicial, ainda que reconhecido por sentença posterior à data do pedido de recuperação judicial, em qualquer caso, incluídos ou não na relação de credores.

1.1.11 “Credores”: significa as pessoas físicas ou jurídicas titulares de Créditos, que estejam ou não relacionadas na Lista de Credores.

1.1.12 “Credores Colaboradores Fornecedores”: significa aqueles Credores que, conforme critério previsto na cláusula 4.5, se mantenham ou se tornem credores parceiros e fornecedores da Recuperanda.

³ Art. 41. (...) II - titulares de créditos com garantia real.

⁴ Art. 41. (...) IV - titulares de créditos enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte.

⁵ Art. 41. (...) III – titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados.

1.1.13 “Credores Colaboradores Financeiros”: significa aqueles Credores que, conforme critério previsto na cláusula 4.6, auxiliem e fomentem a atividade empresarial da Recuperanda por meio da prestação de serviços relacionados à atividade bancária.

1.1.14 “Credores Garantia Real”: significa os credores titulares de Créditos Garantia Real.

1.1.15 “Credores ME/EPP”: significa os credores titulares de Créditos enquadrados como ME e EPP.

1.1.16 “Credores Quirografários”: significa os credores titulares de Créditos Quirografários.

1.1.17 “Credores Trabalhistas”: significa os credores titulares de Créditos Trabalhistas.

1.1.18 “Credores Sujeitos”: significa os credores titulares de Créditos Sujeitos.

1.1.19 “Data de Homologação”: significa a data de publicação, no Diário Oficial, da decisão que homologar o Plano de Recuperação Judicial.

1.1.20 “Data do Pedido”: significa a data em que o pedido de recuperação judicial foi protocolado pela Recuperanda, ou seja, 09/12/2021.

1.1.21 “Dia Útil”: significa, para fins deste Plano, que dia útil será qualquer dia da semana, que não seja sábado, domingo ou feriado na cidade de Nova Iguaçu-RJ, ou que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário na referida cidade.

1.1.22 “Juízo da RJ”: significa o Juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Nova Iguaçu-RJ.

1.1.23 “Laudo de Avaliação dos Bens e Ativos”: significa o laudo de avaliação dos bens e ativos nos termos do artigo 53, cf. inciso III⁶ da LRF.

⁶ Art. 53. (...) III – laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada.

1.1.24 “Laudo Econômico-Financeiro”: significa o laudo econômico-financeiro elaborado nos termos do artigo 53, cf. inciso II⁷ da LRF.

1.1.25 “LRF”: significa a Lei que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, conforme alterada (Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005).

1.1.26 “Plano de Recuperação Judicial” ou “Plano” ou “PRJ”: significa este documento, apresentado pela Recuperanda em atendimento ao art. 53 da LRF.

1.1.27 “Recuperação Judicial”: significa este processo de recuperação judicial, autuado sob nº 0042973-16.2021.8.19.0038, em curso perante a 4ª Vara Cível da Comarca de Nova Iguaçu-RJ.

1.1.28 “Recuperanda”: tem o significado atribuído no preâmbulo deste PRJ.

1.1.29 “Taxa Referencial” ou “TR”: significa a taxa calculada com base em amostra constituída das 20 maiores instituições financeiras do País, assim consideradas em função do volume de captação efetuado por meio de certificados e recibos de depósito bancário (CDB/RDB), com prazo de 30 a 35 dias corridos, inclusive, e remunerados a taxas prefixadas, entre bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento e caixas econômicas. É divulgada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e para fins deste Plano, será considerada a variação em um período de um mês.

1.2 REGRAS DE INTERPRETAÇÃO

1.2.1 CLÁUSULAS E ANEXOS

Exceto se especificado de forma diversa, todas as cláusulas e anexos mencionados neste Plano referem-se a cláusulas e anexos deste Plano. Referências a cláusulas ou itens deste Plano referem-se também às respectivas subcláusulas e subitens deste Plano.

1.2.2 TÍTULOS

⁷ Art. 53. (...) II – demonstração de sua viabilidade econômica.

Os títulos das cláusulas deste Plano foram incluídos exclusivamente para referência e não devem afetar sua interpretação ou o conteúdo de suas previsões.

1.2.3 REFERÊNCIAS

As referências a quaisquer documentos ou instrumentos incluem todos os respectivos aditivos, consolidações, anexos e complementações, exceto se de outra forma expressamente previsto.

As referências a disposições legais e leis devem ser interpretadas como referências a essas disposições tais como vigentes nesta data ou em data que seja especificamente determinada pelo contexto.

1.2.4 PRAZOS

Todos os prazos previstos neste Plano serão contados em dias corridos, na forma determinada no art. 132⁸ do Código Civil, desprezando-se o dia do começo e incluindo-se o dia do vencimento. Quaisquer prazos deste Plano cujo termo final caia em um dia que não seja um Dia Útil serão automaticamente prorrogados para o primeiro Dia Útil subsequente.

1.3 RESUMO DOS MEIOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Nos termos do art. 50⁹ da LRF, a Recuperanda destaca os seguintes meios de recuperação que serão utilizados para viabilizar a superação de crise econômica e financeira.

1.3.1 REESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS

A Recuperanda adotará novas estratégias de atuação, assim como um novo plano de negócios, podendo ou não definir, dentre outras diretrizes: (i) reescalonamento de seu endividamento, com alterações no prazo, nos encargos, incluindo, mas não se limitando, juros e multas, e na forma de pagamento dos Créditos; (ii) reorganização societária, incluindo eventual aumento de capital, cisão ou fusão da Recuperanda ou outra forma de reestruturação (iii) outras medidas previstas nos artigo 50 da LRF, incluindo, mas não se limitando à alienação parcial ou total e/ou transferência de ativos nos termos do artigo 60 e art. 142 da LRF; e (iv) obtenção de novos

⁸ Art. 132. Salvo disposição legal ou convencional em contrário, computam-se os prazos, excluído o dia do começo, e incluído o do vencimento.

⁹ Art. 50. Constituem meios de recuperação judicial, observada a legislação pertinente a cada caso, dentre outros (...)

financiamentos e todas as demais medidas que venham a ser propostas pela Galanti e/ou deliberadas e aprovadas em Juízo ou em Assembleia de Credores.

1.3.2 REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS CONCURSAIS

É indispensável que a Recuperanda possa, no âmbito da recuperação judicial e dentro dos limites estabelecidos pela LRF e por este Plano, reestruturar as dívidas e equalizar os encargos financeiros contraídos perante os credores concursais. A Recuperanda elaborou uma forma de pagamento aos Credores Sujeitos e se utilizará, dentre outros, de prazos e condições especiais para o pagamento de cada um dos credores, conforme previsto na cláusula 4 adiante.

1.3.3 NOVAÇÃO

Este Plano novará todos os Créditos Sujeitos, previstos para serem equalizadas em novos termos, de acordo com as propostas da cláusula 4 adiante. A novação de dívidas, prevista no art. 59¹⁰ da LRF, significa a substituição da dívida anterior por nova dívida, com a aprovação deste Plano, conforme também está contido na cláusula 4. Deste modo, os Credores têm plena ciência de que os valores, prazos, termos e/ou condições de satisfação dos seus créditos serão alterados por este Plano, em preferência às condições que deram origem aos seus respectivos créditos.

1.3.4 VENDA DE UPIs

Este Plano também prevê, como meio de reestruturação, a venda de UPIs, conforme previsto na Cláusula 3.

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS

2.1 HISTÓRICO

Trata-se de pedido de recuperação judicial realizado pela Galanti.

A Galanti é uma reconhecida rede de drogarias situada no Estado do Rio de Janeiro. Apesar de seu sucesso comercial ao longo de quase três décadas, mantém até hoje sua origem familiar, a raiz na qual a empresa constrói um alicerce de confiança e fidelidade com seus clientes.

¹⁰ Art. 59. O plano de recuperação judicial implica novação dos créditos anteriores ao pedido, e obriga o devedor e todos os credores a ele sujeitos, sem prejuízo das garantias, observado o disposto no § 1º do art. 50 da Lei.

Fundada em 1994, no município de Nova Iguaçu, a Galanti conquistou clientes com uma nova forma de atendimento humanizado, criando uma clientela fiel que lhe permitiu um crescimento sustentável ao longo dos anos, superando as dificuldades impostas pela economia nacional. A Galanti abriu sua primeira filial no ano de 2001 e, desde então, iniciou seu processo de expansão territorial.

A abertura de sua segunda filial remonta aos idos de 2002, também em Nova Iguaçu. Atualmente, a Galanti conta com 29 unidades espalhadas por 10 municípios do Estado do Rio de Janeiro (Nova Iguaçu, a capital Rio de Janeiro, Volta Redonda, Petrópolis, Belford Roxo, Queimados, Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti e São Gonçalo).

Quando da sua constituição, a Galanti exercia suas atividades empresariais com o auxílio de apenas 3 (três) pessoas. Diante de um rápido e exitoso crescimento, contudo, a Recuperanda conta, atualmente, com mais de 1.000 (um mil) colaboradores trabalhando em prol do desenvolvimento da empresa, dentre os quais cerca de 850 são empregados diretos da Galanti. Estima-se que a Galanti gere, em adição, 3.000 (três mil) empregos indiretos.

Em razão desses e outros diversos fatores a Galanti foi eleita em 2021 pelo jornal “O Globo” a 4º marca mais admirada pelos clientes na categoria das farmácias (11ª edição da pesquisa “Marcas Cariocas”).

Outro ponto de destaque da Recuperanda é seu excelente relacionamento com todos os principais distribuidores do Brasil. A Galanti tem como um dos principais objetivos desta recuperação judicial manter esse bom relacionamento com seus fornecedores, empresas que a Recuperanda reconhece serem essenciais ao presente, passado e futuro da empresa.

A Galanti possuía, antes da crise econômica instaurada pela pandemia do Covid-19, faturamento de cerca de R\$ 300 milhões anuais. Apesar de todos os fatores indicados, a Galanti vem, recentemente, sofrendo com problemas de liquidez, cujos impactos são diretamente refletidos em seu fluxo de caixa e capacidade para pagamento da totalidade das dívidas.

2.2 RAZÕES DA CRISE

Embora a Galanti tenha obtido sucesso no desenvolvimento de seus negócios ao longo dos seus quase 30 (trinta) anos de existência, a empresa vem enfrentando dificuldades financeiras.

Alguns fatores sobre os quais a empresa não tem controle podem ser citados como agentes contribuidores da referida situação.

Do ponto de vista macroeconômico, sabe-se que o Brasil passa por um cenário de instabilidade econômico-financeira que se arrasta por alguns anos. Com forte crise política e econômica, o país enfrenta uma recessão que causa notória retração do poder aquisitivo da população, o que faz com que o setor comercial seja atingido de maneira significativa.

Tal situação se agravou com a pandemia da Covid-19, que atingiu o mundo não apenas do ponto de vista sanitário, mas também social e econômico. Com o estabelecimento de medidas de distanciamento social e, conseqüentemente, com os consumidores deixando de sair de seus respectivos lares, houve um grande desaquecimento das atividades comerciais e, sobretudo, varejistas.

Embora a pandemia tenha sido até favorável a determinados setores, esse não é o caso do setor farmacêutico, ao contrário do que o senso comum pode indicar.

Isso porque, o temor das conseqüências da Covid-19 e a necessidade de que fossem disponibilizadas medidas para combate do vírus deixaram o combate a outras doenças desassistido. Lembre-se que foram até mesmo estabelecidas determinadas diretrizes pela Agência Nacional de Saúde Suplementar quanto ao adiamento de consultas, exames e cirurgias não urgentes e/ou não relacionadas à Covid-19. Desse modo, não apenas o setor farmacêutico foi atingido, mas até a rede hospitalar privada passou a enfrentar dificuldades financeiras causadas pelas medidas de controle sanitário relacionadas à Covid-19, o que, naturalmente, impacta na venda de medicamentos.

A Recuperanda teve também impacto direto em suas receitas por ocasião das medidas de restrição de circulação, uma vez que suas unidades estão estrategicamente localizadas em locais nos quais há grande fluxo de pessoas.

Tais fatores implicaram na maior alta de preços de medicamentos dos últimos anos, levando (ou forçando) muitos a reduzirem ou cessarem a compra de medicamentos. Com efeito, as vendas iam bem no começo de 2020, com faturamento mensal em torno de R\$ 20 milhões nos meses de janeiro, fevereiro, e oscilações similares às do ano de 2019, no qual a empresa obteve

bons resultados ao longo de todo o ano. Em março de 2020, inclusive, o faturamento da Galanti chegou a mais de R\$ 23,5 milhões.

No entanto, com a chegada da pandemia ao Brasil, no final de março de 2020, a Galanti passou a enfrentar uma queda enorme nas vendas, que perdurou até o final do ano. A Recuperanda viu suas vendas chegarem ao patamar mais baixo nos últimos 3 meses do ano, chegando a faturar entre R\$ 11 milhões e R\$ 12,3 milhões. Para que se tenha uma noção do quão brusca foi a queda nas vendas, nestes meses de outubro, novembro e dezembro de 2020, quando comparados ao ano de 2019, a queda no faturamento foi de, respectivamente, 53,35%, 53,51% e 49,81%.

Ante todo esse contexto, o que se tem é um momentâneo problema de faturamento e fluxo de caixa enfrentado pela Galanti – que confia que irá superar.

3. CONSTITUIÇÃO DE UNIDADES PRODUTIVAS ISOLADAS

À Recuperanda fica facultada a constituição de unidades produtivas isoladas nos termos e para os fins dos artigos 60, 141, II e 142 da Lei de Recuperação. A venda de UPI depende da anuência do respectivo Credor Garantia Real titular da garantia que recai sob o(s) imóvel(eis) que compõe(m) a respectiva UPI.

A venda será realizada livre de qualquer ônus e sucessão, conforme previsto no art. 60 da LRF, e será realizada por meio das modalidades previstas no art. 141 do mesmo diploma legal.

4. REESTRUTURAÇÃO DOS CRÉDITOS CONCURSAIS

O Plano visa permitir que a Recuperanda (i) adote as medidas necessárias para a reestruturação; (ii) preserve a manutenção de empregos, diretos e indiretos, após as adequações necessárias, sempre com o objetivo de permitir o soerguimento e a superação da atual crise econômico-financeira; e (iii) preserve a sua atuação, de ponta a ponta, na comercialização de medicamentos, produtos de higiene pessoal, cosméticos, dentre outros, e na prestação de alguns serviços clínicos.

Para que a Recuperanda possa alcançar o almejado soerguimento financeiro e operacional, é indispensável a reestruturação dos Créditos Sujeitos, que ocorrerá, essencialmente, por meio da concessão de prazos e condições especiais de pagamento para as obrigações e equalização dos encargos financeiros, nos termos das subcláusulas a seguir.

4.1 PAGAMENTO DOS CRÉDITOS TRABALHISTAS

Os Créditos Trabalhistas de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 (três) meses anteriores ao Pedido serão pagos em 30 (trinta) dias da Data de Homologação, até o limite de 5 (cinco) salários-mínimos por Credor Trabalhista.

Os demais Créditos Trabalhistas serão pagos em até 12 (doze) meses após a Data de Homologação, até o limite de 150 salários mínimos, nos termos do art. 54, parágrafo único, c/c art. 84, I, da LRF. Eventual saldo remanescente, se existente, será pago nos termos da cláusula 4.3.

Correção monetária e juros: Taxa Referencial e acrescidos de juros pré-fixados de 1% (um por cento) ao ano, que começarão a incidir a partir da Data de Homologação. A atualização monetária e os juros serão pagos juntamente com os pagamentos do principal.

4.2 PAGAMENTO DOS CRÉDITOS COM GARANTIA REAL

Os Créditos com Garantia Real serão pagos da seguinte maneira:

Desconto: 80% (oitenta por cento).

Carência: 24 (vinte e quatro) meses a partir da Data de Homologação.

Amortização: 30 (trinta) parcelas semestrais.

Correção monetária e juros: Taxa Referencial, acrescidos de juros pré-fixados de 2% (dois por cento) ao ano, e que começarão a incidir a partir da Data de Homologação. A atualização monetária e os juros serão acumulados durante o período de carência e serão pagos juntamente com os pagamentos do principal. Os juros serão calculados pelo sistema de juros compostos, e incidirão sobre a parcela corrigida.

4.3 PAGAMENTO DOS CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS

Os Créditos Quirografários serão pagos por meio do pagamento de uma Parcela Inicial e do Saldo Remanescente.

Parcela Inicial: Pagamento de 5.000,00 a cada Credor Quirografário, limitado ao valor do respectivo Crédito, em até 12 (doze) meses após a Data de Homologação.

O Saldo Remanescente, se houver, será pago da seguinte forma:

Desconto: 85% (oitenta e cinco por cento).

Carência: 24 (vinte e quatro) meses a partir da Data de Homologação.

Amortização: 30 (trinta) parcelas semestrais.

Correção monetária e juros: Taxa Referencial, acrescidos de juros pré-fixados de 2% (dois por cento) ao ano, e que começarão a incidir a partir da Data de Homologação. A atualização monetária e os juros serão acumulados durante o período de carência e serão pagos juntamente.

4.4 PAGAMENTO DOS CRÉDITOS ME E EPP

Os Credores ME e EPP serão pagos por meio do pagamento de uma Parcela Inicial e do Saldo Remanescente.

Parcela Inicial: Pagamento de 5.000,00 a cada Credor ME/EPP, limitado ao valor do respectivo Crédito, em até 12 (doze) meses após a Data de Homologação.

O Saldo Remanescente, se houver, será pago da seguinte forma:

Desconto: 70% (setenta por cento).

Carência: 12 (doze) meses a partir da Data de Homologação.

Amortização: em até 10 (dez) parcelas semestrais.

Correção monetária e juros: Taxa Referencial, acrescidos de juros pré-fixados de 2% (dois por cento) ao ano, e que começarão a incidir a partir da Data de Homologação. A atualização monetária e os juros serão acumulados durante o período de carência e serão pagos juntamente

com os pagamentos do principal. Os juros serão calculados pelo sistema de juros compostos, e incidirão sobre a parcela corrigida.

4.5 CREDORES COLABORADORES FORNECEDORES

Os Credores Colaboradores são aqueles que mantiverem e/ou incrementarem o fornecimento de matéria-prima e de linhas de créditos.

Como a Recuperanda continua dependente das parcerias que ocorriam anteriormente ao pedido de Recuperação Judicial, os Credores Colaboradores contribuem, de forma estratégica, para alcançar os objetivos previstos no art. 47, da LRF, o que beneficiará a manutenção das atividades da Recuperanda e garantirá a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses da coletividade dos credores.

Dessa forma, esta cláusula tem o único propósito de alinhar a proposta de pagamento aos Credores Colaboradores e os interesses mútuos da Recuperanda e desses credores que são essenciais a continuidade das atividades.

4.5.1 PAGAMENTO DOS CREDORES COLABORADORES FORNECEDORES

Os Credores que, cumulativamente, (i) preservaram sua relação comercial, por meio do fornecimento de insumos, serviços e/ou produtos à Recuperanda, tendo os provido normalmente após o pedido de recuperação judicial; bem como (ii) preservarem o fornecimento futuro, concedendo a abertura de linha de crédito à Recuperanda na forma prevista nesta cláusula, terão os saldos de seus Créditos Sujeitos pagos na forma estipulada nessa cláusula

Premissas mínimas: Para enquadramento enquanto Credor Colaborador Fornecedor, o Credor deverá ter:

- i. Fornecido à Recuperanda, durante a recuperação judicial, crédito em montante igual ou superior aos declinados abaixo para cada grupo no período entre a Data do Pedido e a data em que ocorrer a aprovação deste Plano de Recuperação Judicial pela Assembleia-geral de Credores;
- ii. Compromisso de fornecimento, sem atrasos injustificados;

- iii. Prazo de 28 dias para pagamento;
- iv. Manutenção da condição comercial anteriormente praticada.

Fica comprovado, dessa forma, que o Credor efetivamente colaborou em dimensão significativa com a retomada dos negócios da Recuperanda durante o período mais crítico deste processo.

O Credor Colaborador que optar por receber seu Crédito na forma desta cláusula deverá manifestar sua intenção à Recuperanda por escrito e seguir as condições comerciais previstas nesta cláusula no decorrer do processo, antes da data de aprovação deste Plano. Após a aprovação do Plano, o enquadramento de um Credor Colaborador poderá ocorrer a critério exclusivo da Recuperanda. A ausência de manifestação pelo Credor Colaborador e/ou o desatendimento das condições comerciais ensejarão o pagamento de seu Crédito de acordo com as condições definidas nas propostas de pagamento contidas nas cláusulas 4.2, 4.3 e 4.4.

A fim de conferir segurança jurídica aos credores que desejam se beneficiar dessa cláusula, a Recuperanda deverá, mediante solicitação do respectivo credor, emitir declaração de que os requisitos da presente cláusula de colaboração foram ou estão sendo cumpridos pelo credor.

Grupos de Credores Fornecedores Colaboradores

Este Plano prevê a separação dos credores fornecedores em quatro diferentes grupos, a depender do volume de crédito devido, de modo que os diferentes credores possam aderir à cláusula independentemente do porte da empresa. Ou seja, permite-se que empresas com crédito de menor expressão possam aderir sem ofertar à Recuperanda crédito vultuoso, ao passo que permitem que a Recuperanda pague mais rapidamente credores menores e tenha mais prazo para pagamento de dívidas mais expressivas.

Grupo 1: Credores com Crédito acima de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais)

Crédito a ser concedido à Recuperanda: R\$ 9.500.000,00 (nove milhões e quinhentos mil reais), 28 dias para pagamento, manutenção das condições comerciais anteriormente praticadas

Desconto: Sem desconto

Carência: 24 meses a partir da Data de Homologação

Correção monetária: T. R. + 1% a.a.

Amortização: 180 (cento e oitenta) parcelas mensais e sucessivas.

Grupo 2: Credores com crédito acima de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e abaixo de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais)

Crédito a ser concedido à Recuperanda: R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), 28 dias para pagamento, manutenção das condições comerciais anteriormente praticadas

Desconto: Sem desconto

Carência: 24 meses a partir da Data de Homologação

Correção monetária: T. R. + 1% a.a.

Amortização: 180 (cento e oitenta) parcelas mensais e sucessivas

Grupo 3: Credores com Crédito acima R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e abaixo de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

Crédito a ser concedido à Recuperanda: Crédito equivalente ao valor da dívida sujeita à Recuperação Judicial, 28 dias para pagamento, manutenção das condições comerciais anteriormente praticadas

Desconto: Sem desconto

Carência: 1 (hum) mês a partir da Data de Homologação

Correção monetária: T. R. + 1% a.a.

Amortização: 48 (quarenta e oito) parcelas mensais e sucessivas.

Grupo 4: Credores com crédito inferior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)

Crédito a ser concedido à Recuperanda: Crédito equivalente ao valor da dívida sujeita à Recuperação Judicial, 28 dias para pagamento, manutenção das condições comerciais anteriormente praticadas

Desconto: Sem desconto

Carência: 1 (hum) mês a partir da Data de Homologação

Correção monetária: T. R. + 1% a.a.

Amortização: 18 (doze) parcelas mensais e sucessivas.

4.6 CREDITORES COLABORADORES FINANCEIROS

Esta alternativa de pagamento é elegível aos Credores que auxiliem e fomentem a atividade empresarial da Recuperanda por meio da prestação de serviços financeiros. Para tanto, os Credores Colaboradores Financeiros deverão ter fornecido à Recuperanda, durante a recuperação judicial, crédito em montante igual ou superior a 80% do Crédito Sujeito no período entre a Data do Pedido e a data em que ocorrer a aprovação deste Plano de Recuperação Judicial pela Assembleia-geral de Credores, sendo que fornecimentos realizados em moeda estrangeira deverão ser convertidos em real pelo câmbio da Data do Pedido. Fica comprovado, dessa forma, que o Credor efetivamente colaborou em dimensão significativa com a retomada dos negócios da Recuperanda durante o período mais crítico deste processo.

Esta cláusula se faz útil e necessária ao processo de soerguimento na medida em que as linhas de crédito e serviços bancários foram cessados em razão da recuperação judicial.

A fim de conferir segurança jurídica aos credores que desejam se beneficiar dessa cláusula, a Recuperanda deverá, mediante solicitação do respectivo credor, emitir declaração de que os requisitos da presente cláusula de colaboração foram cumpridos pelo credor.

4.6.1 PAGAMENTO DOS CREDITORES COLABORADORES FINANCEIROS

Os Créditos dos Credores Colaboradores Financeiros serão pagos, sem deságio, da seguinte forma:

Deságio: não haverá aplicação de deságio

Carência: 6 (seis) meses de carência de principal e 12 meses de carência de juros, ambos a partir da Data de Homologação.

Amortização: 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas.

Correção monetária e juros: CDI, acrescido de juros pré-fixados de 2% (dois por cento) ao ano, e que começarão a incidir a partir da Data de Homologação. Os juros serão calculados pelo sistema de juros compostos, e incidirão sobre a parcela corrigida.

Manutenção das garantias existentes: as garantias existentes constituídas em garantia dos instrumentos originais que disciplinam os Créditos permanecerão em pleno vigor e eficácia até que ocorra a quitação do Crédito Sujeito.

Suspensão das ações e execuções: O enquadramento enquanto Credor Colaborador Financeiro fica condicionado ao compromisso expresso, pelo Credor, de suspensão da(s) ação(ões) e execução(ões) em curso em face de avalistas, fiadores e garantidores até que ocorra a quitação do Crédito Sujeito e desde que o Plano esteja sendo devidamente cumprido pela Recuperanda. No caso de descumprimento do Plano, as ações e execuções contra os coobrigados poderão ser automaticamente retomadas, dispensada prévia notificação.

Premissas mínimas: Para enquadramento enquanto Credor Colaborador Financeiro, o Credor deverá ter contribuído com o fomento da atividade empresarial da Recuperanda no período entre a Data do Pedido e a data em que ocorrer a aprovação deste Plano de Recuperação Judicial pela Assembleia-geral de Credores, com o fornecimento de montante igual ou superior a 80%

do Crédito Sujeito, tal qual mencionado na cláusula 4.6 acima. Fica comprovado, dessa forma, que o Credor efetivamente colabora em dimensão significativa com a retomada dos negócios da Recuperanda durante o período mais crítico deste processo. Ademais, deverá fornecer os seguintes serviços, essenciais à Recuperanda: (i) folha de pagamento; (2) movimentação, cobrança de títulos escriturais e digitais, (3) fornecimento de sistema de pagamento eletrônico e demais funcionalidades necessárias ao *e-commerce*, e (4) operação de cartão de crédito

O Credor Colaborador que optar por receber seu Crédito na forma desta cláusula deverá manifestar sua intenção na Assembleia-geral de Credores. Após o decurso desse prazo, o enquadramento de um Credor Colaborador poderá ocorrer a critério exclusivo da Recuperanda. A ausência de manifestação pelo Credor Colaborador ensejará o pagamento de seu Crédito de acordo com as condições definidas nas propostas de pagamento contidas nas cláusulas 4.2, 4.3 e 4.4.

4.7 DISPOSIÇÕES COMUNS AO PAGAMENTO DOS CREDITORES

A Recuperanda pagará os créditos na forma deste Plano. As disposições a seguir aplicar-se-ão a todos os credores da Recuperanda, independentemente da classe, naquilo que lhes couber.

4.7.1 DATA DE VENCIMENTO DAS PARCELAS

Todos os prazos de vencimento de parcelas previstas neste Plano terão como base de início a Data de Homologação.

4.7.2 MEIOS DE PAGAMENTO

Os Créditos serão pagos aos Credores por meio da transferência direta de recursos à conta bancária do respectivo Credor, preferencialmente por meio de PIX ou, se não for possível, documento de ordem de crédito (DOC) ou de transferência eletrônica disponível (TED). O comprovante do valor creditado a cada Credor servirá de prova de quitação do respectivo pagamento.

4.7.3 CONTAS BANCÁRIAS DOS CREDITORES

Os credores devem informar suas respectivas contas bancárias para esse fim, mediante comunicação eletrônica endereçada à Recuperanda, nos termos da cláusula 6.3.

Os pagamentos que não forem realizados em razão de omissão do Credor em informar seus dados bancários, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência da data do primeiro pagamento previsto, não serão considerados como um evento de descumprimento do Plano. Não haverá a incidência de juros, multas ou quaisquer encargos moratórios caso qualquer pagamento deixe de ser realizado em razão da omissão do Credor em informar tempestivamente seus dados bancários.

4.7.3.1.1 DATAS DE PAGAMENTO

Os pagamentos deverão ser realizados nas datas dos respectivos vencimentos, tendo como base o dia da Data de Homologação. Na hipótese de qualquer pagamento deste Plano estar previsto para ser realizado em um dia que não seja considerado Dia Útil, o referido pagamento deverá ser realizado, conforme o caso, imediatamente no próximo Dia Útil.

4.7.4 INCLUSÃO, ALTERAÇÃO NA CLASSIFICAÇÃO OU VALOR DOS CRÉDITOS

Na hipótese de se verificar eventual alteração na classificação ou valor de qualquer Crédito decorrente de decisão judicial transitada em julgado ou acordo entre as partes, a classificação ou o valor alterado do Crédito será pago na forma prevista neste Plano, a partir do trânsito em julgado da decisão judicial ou da celebração do acordo entre as partes. Neste caso, as regras de pagamento do valor alterado de tais Créditos, notadamente quanto à incidência de correção monetária e eventuais juros, passarão a ser aplicáveis apenas a partir do referido trânsito em julgado ou da data da celebração do acordo entre as partes.

Se houver inclusão de qualquer Crédito Sujeito após a Data de Homologação, os períodos de carência serão contados a partir da data do trânsito em julgado da decisão que reconheceu o crédito.

5. EFEITOS DO PLANO

5.1 VINCULAÇÃO DO PLANO

As disposições deste Plano vinculam a Recuperanda, os Credores, e os respectivos cessionários e sucessores, a partir da Data de Homologação.

5.2 NOVAÇÃO

Este Plano acarretará a novação dos créditos concursais anteriores ao pedido, conforme a previsão contida no art. 59 da LRF e obriga a Recuperanda e todos os Credores sujeitos.

5.3 QUITAÇÃO

Os pagamentos realizados na forma estabelecida neste Plano acarretarão, de forma automática e independentemente de qualquer formalidade adicional, ampla, geral e irrestrita quitação de todos os créditos de qualquer tipo e natureza contra a Recuperanda, inclusive juros, correção monetária, penalidades, multas e indenizações.

5.4 RECONSTITUIÇÃO DE DIREITOS

Na hipótese de convalidação da Recuperação Judicial em falência, no prazo de supervisão estabelecido no art. 61¹¹ da LRF, os Credores terão reconstituídos seus direitos e garantias nas condições originalmente contratadas, deduzidos os valores eventualmente pagos e ressaltados os atos validamente praticados no âmbito da Recuperação Judicial, observado o disposto nos arts. 61, § 2º¹², e 74¹³ da LRF.

5.5 RATIFICAÇÃO DE ATOS

A aprovação deste Plano representará a concordância e ratificação da Recuperanda e dos Credores de todos os atos praticados e obrigações contraídas no curso da Recuperação Judicial, incluindo, mas não se limitando a todos os atos e todas as ações necessárias para integral implementação e consumação deste Plano e da Recuperação Judicial, cujos atos ficam expressamente autorizados, validados e ratificados para todos os fins de direito, inclusive e especialmente dos arts. 66¹⁴, 74 e 131¹⁵ da LRF.

¹¹ Art. 61. Proferida a decisão prevista no art. 58 desta Lei, o devedor permanecerá em recuperação judicial até que se cumpram todas as obrigações previstas no plano que se vencerem até 2 (dois) anos depois da concessão da recuperação judicial.

¹² Art. 61. (...) § 2º Decretada a falência, os credores terão reconstituídos seus direitos e garantias nas condições originalmente contratadas, deduzidos os valores eventualmente pagos e ressaltados os atos validamente praticados no âmbito da recuperação judicial.

¹³ Art. 74. Na convalidação da recuperação em falência, os atos de administração, endividamento, oneração ou alienação praticados durante a recuperação judicial presumem-se válidos, desde que realizados na forma desta Lei.

¹⁴ Art. 66. Após a distribuição do pedido de recuperação judicial, o devedor não poderá alienar ou onerar bens ou direitos de seu ativo permanente, salvo evidente utilidade reconhecida pelo juiz, depois de ouvido o Comitê, com exceção daqueles previamente relacionados no plano de recuperação judicial.

¹⁵ Art. 131. Nenhum dos atos referidos nos incisos I a III e VI do art. 129 desta Lei que tenham sido previstos e realizados na forma definida no plano de recuperação judicial será declarado ineficaz ou revogado.

5.6 PROTESTOS

A aprovação deste Plano implicará: (i) a extinção de qualquer protesto efetuado por qualquer Credor em relação a Créditos Sujeitos; e (ii) a exclusão do registro e/ou apontamento no nome da Recuperanda nos órgãos de proteção ao crédito.

5.7 SUSPENSÃO DAS AÇÕES

A aprovação do Plano implicará na suspensão de todas as ações e execuções para cobrança dos Créditos Sujeitos que estejam em curso ou que venham a ser ajuizadas contra avalistas, devedores solidários, fiadores e garantidores da Recuperanda, suas controladas, coligadas, afiliadas e/ou outras sociedades pertencentes ao mesmo grupo societário e/ou econômico. A referida suspensão perdurará por todo o período de pagamento previsto neste Plano até que ocorra a quitação do Crédito Sujeito.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 CONTRATOS EXISTENTES E CONFLITOS

Na hipótese de conflito entre as disposições deste Plano e as obrigações previstas nos instrumentos contratuais anteriores à data de assinatura deste Plano, o Plano prevalecerá.

6.2 ANEXOS

Todos os anexos a este Plano são a ele incorporados e constituem parte integrante do Plano. Na hipótese de haver qualquer inconsistência entre este Plano e qualquer anexo, o Plano prevalecerá.

6.3 COMUNICAÇÕES

Todas as notificações, requerimentos, e outras comunicações à Recuperanda, requeridas ou permitidas por este Plano, inclusive o que se refere a informação das contas bancárias, conforme cláusula 4.6.34.7.3, para serem eficazes, deverão ser feitas por escrito e serão consideradas realizadas quando enviadas no e-mail abaixo. Todas as comunicações devem ser endereçadas da seguinte forma, exceto se de outra forma expressamente prevista neste Plano, ou, ainda, de outra forma que venha a ser informada pela Recuperanda aos Credores:

sol.dcontas@drogariagalanti.com.br

6.4 DIVISIBILIDADE DAS PREVISÕES DO PLANO

Na hipótese de qualquer termo ou disposição do Plano ser considerada inválida, nula ou ineficaz, os demais termos e disposições do Plano devem permanecer válidos e eficazes, salvo se, a critério da Recuperanda, a invalidade parcial do Plano comprometer a capacidade de seu cumprimento, caso em que a Recuperanda poderá requerer a convocação de nova Assembleia-geral de Credores para deliberação de eventual novo Plano ou aditivo ao Plano.

6.5 LEI APLICÁVEL

Os direitos, deveres e obrigações decorrentes deste Plano deverão ser regidos, interpretados e executados de acordo com as leis vigentes na República Federativa do Brasil, tendo como base sempre a LRF.

6.6 ELEIÇÃO DE FORO

Todas as controvérsias ou disputas que surgirem ou estiverem relacionadas a este Plano serão resolvidas pelo Juízo da RJ.

Nova Iguaçu, 7 de março de 2022.

**DROGARIA GALANTI DE NOVA IGUAÇU LTDA. – EM RECUPERAÇÃO
JUDICIAL**